



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE CAMPINAS**  
**FORO DE CAMPINAS**  
**1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300, Campinas - SP -  
 CEP 13088-901

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1049924-72.2024.8.26.0114**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Assistência à Saúde**  
 Impetrante:  
 Impetrado: **SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – IAMSPE e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Mauro Iuji Fukumoto**

Vistos.

\_\_\_\_\_ impetrou o presente mandado de segurança contra **SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – IAMSPE e DIRETOR DO DEPARTAMENTO GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA UNICAMP**, pleiteando a cessação dos descontos mensais feitos mensalmente em folha de pagamento para custeio de serviço de assistência médica, alegando sua inconstitucionalidade.

A medida liminar pleiteada foi deferida (fls. 42).

As autoridades impetradas prestaram informações (fls. 72/78 e 97/111).

**É o relatório. Fundamento e decidido.**

A presente demanda visava à cessação de descontos de contribuições médico-hospitalares.

Notificada, a autarquia estadual não opôs resistência ao pedido, havendo, pois, o reconhecimento da procedência do pedido.

Quanto à repetição do indébito, somente é devida a partir da citação, não abrangendo período pretérito, já que os serviços prestados pela requerida se encontravam disponíveis para utilização pelo requerente.

Quanto à UNICAMP, sendo responsável pelo desconto em folha de pagamento e repasse ao IAMSPE, reconhece-se sua legitimidade passiva, uma vez que foi previamente notificada (fls. 24/26).

A questão pode ser conhecida por via de mandado de segurança, pois envolve declaração incidental de inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, tampouco houve resistência ao pedido pela UNICAMP.

Isto posto, **CONCEDO A SEGURANÇA**, para tornar definitivos os efeitos da liminar inicialmente concedida (fls. 42).

Não há condenação em honorários de sucumbência, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/2009.

P.R.I.

Campinas, 14 de abril de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE CAMPINAS**

**FORO DE CAMPINAS**

**1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300, Campinas - SP -**

**CEP 13088-901**

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

